

Meu querido diário...

A história da Educomunicação contada a partir do Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Guilherme Yazaki

Introdução

O presente paper busca evidenciar o cenário da educomunicação na cidade de São Paulo após a realização do projeto *Educom.rádio*, entre 2001 e 2004, e a consequente promulgação da Lei Municipal nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004, mais conhecida como Lei Educom.

Para reconstruir uma narrativa oficial do poder público sobre a implementação da educomunicação enquanto política pública, foram exploradas as informações do Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC) ao longo dos doze anos posteriores à lei, ou seja, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2016. O DOC foi criado no município de São Paulo em 1956 e tem como objetivo reunir em um único documento toda publicação oficial de caráter obrigatório dos poderes municipais (Executivo e Legislativo), além do Tribunal de Contas do Município. Assim, são publicados todos os atos administrativos que exigem publicidade para adquirirem validade, tais como leis e decretos municipais; portarias, resoluções e despachos decisórios; editais, concursos, licitações e contratos; expedientes do Legislativo; nomeações e exonerações de servidores/as; autorização de férias e licenças etc.

Destaca-se que este trabalho é resultado do recorte e síntese de um trabalho de conclusão de curso, de mesma denominação e autor, apresentado no início

de 2018 à Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de licenciado em Educomunicação.¹

Procedimentos Metodológicos

A metodologia adotada para exploração das informações contidas no Diário Oficial foi a análise de conteúdo. Tal método é definido por BARDIN (2002, p. 42) como sendo

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a autora, a finalidade básica do método é aproximar-se de conclusões lógicas e justificadas a respeito de uma determinada temática, apoiando-se em um conjunto de procedimentos sistemáticos para organização e análise do conteúdo das mensagens para a garantia da validade, consistência e rigor. No caso deste trabalho, a escolha da metodologia diz respeito a algumas das utilidades e vantagens descritas por Herscovitz (*in* LAGO & BENETTI, 2010), tais como a capacidade de se analisar uma grande quantidade de informações em escala longitudinal de tempo e a possibilidade de detecção de tendências, de identificação de elementos característicos e discrepâncias, de comparação de conteúdos e de realização de inferências com base em dados quantitativos e qualitativos. BARDIN (2002, p. 95) organiza a análise de conteúdo em três fases distintas: “[1] a pré-análise; [2] a exploração do material; [3] o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Na primeira etapa, as principais tarefas consistem em definir a amostra, levantar os objetivos e as hipóteses para verificação e construir indicadores que res-

1 YAZAKI, Guilherme. *Meu querido diário... A história da Educomunicação contada a partir do Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. 2018. 151 p. Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela profa. dra. Cláudia Lago (Licenciatura em Educomunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

paldem a sistematização e as inferências decorrentes da pesquisa. Tendo em conta que o universo de abrangência estabelecido é o do Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC), a composição da amostra foi obtida com a utilização de treze palavras-chave para encontrar as referências de interesse desta pesquisa no DOC e que podem porventura indicar o reconhecimento do neologismo educomunicação e de suas variantes (MESSIAS, 2011, p. 102). As palavras escolhidas foram: (i) educum, (ii) educomunicação, (iii) educunicativo, (iv) educunicativos, (v) educunicativa, (vi) educunicativas, (vii) educunicador, (viii) educunicadores, (ix) educunicadora, (x) educunicadoras, (xi) educon, (xii) edu-comunicação e (xiii) educunicções.

Definida a amostra, seguiu-se com a exploração do material com um processo de codificação dos elementos e formulação de categorias de agrupamento, de modo que fosse viável a verificação de possíveis padrões de ocorrência. Esse procedimento é chave para o registro dos dados e posterior categorização e análise, uma vez que possibilita que todo aquele aglomerado de matéria-prima inicial, também chamado de *unidade de contexto*, seja organizado sistematicamente, transformando-o em itens menores dotados de sentido, as chamadas *unidades de registro*. Mais especificamente nesta pesquisa, em cada elemento da amostra foi definido um referente ou tema eixo, ao qual foi denominado como *unidade de registro principal*, que articulasse os demais conteúdos associados, nomeados como *unidade de registro complementar*.

Após a execução de todos os procedimentos elencados, foi possível adentrar na fase de exploração do material da amostra propriamente dito. Neste ponto, ocorre possivelmente o estágio mais longo e penoso de toda a pesquisa, visto que é quando o conteúdo base da análise começa a ser organizado mecanicamente, com o auxílio dos editores de planilhas para sistematização e armazenamento das informações colhidas da amostra. Um modelo de formatação da planilha para sistematização da amostra pode ser visto logo abaixo:

*Quadro 1 - Modelo de formatação de planilha
utilizada para sistematização da amostra.²*

C1 (pa- lavra- -cha- -ve)	C2 (DOC REF.)	C3 (DOC se- ção)	C4 (DOC sub- se- ção)	C5 (cate- goria)	C6 (URP)	C7 (URC)	C8 (URC)	C9 (URC)	C10 (uni- dade de con- texto)	C11 (LINK)

Na primeira linha do quadro, constam os rótulos de referência para a organização dos dados da amostra, dispostos de modo que cada linha pudesse representar o conteúdo referente a cada uma das palavras-chave encontradas no Diário Oficial da Cidade.³

Resultados e análises

Os principais resultados foram agrupados a partir de três tópicos de análise: palavras-chave, categorias e gestões municipais.

A análise por palavras-chave refere-se exclusivamente aos aspectos quantitativos do emprego das treze palavras-chave no sistema de busca do Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC). Ao todo, foram encontradas 746 referências às palavras-chave no DOC, com maior evidenciação dos termos *Educomunicação* e *Educom*, como é possível ver na tabela abaixo.

2 A disposição dos conteúdos ocorre da seguinte forma: C1 - palavra-chave utilizada para encontrar o conteúdo; C2 - data e página de correspondência do DOC em que foi encontrado o conteúdo; C3 - seção do DOC em que foi encontrado o conteúdo; C4 - subseção do DOC em que foi encontrado o conteúdo; C5 - categoria definida; C6 - Unidade de Registro Principal; C7 - Unidade de Registro Complementar; C8 - Unidade de Registro Complementar (se necessário); C9 - Unidade de Registro Complementar (se necessário); C10 - Unidade de Contexto; C11 - link (URL) para acessar o conteúdo em contexto original.

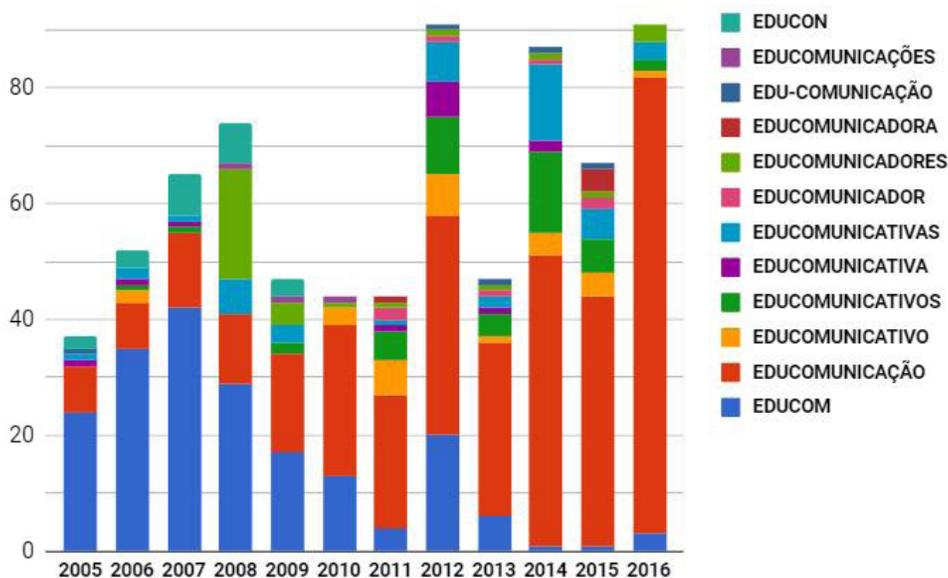
3 Sistematização completa disponível em: <<https://goo.gl/tdWZQE>>. Acesso em: 15 out. 2018.

Tabela 1 - Quantidade de palavras-chave encontradas no DOC.

PALAVRA-CHAVE	QUANTIDADE
Educomunicação	347
Educom	195
Educomunicativos	45
Educomunicativas	44
Educomunicadores	32
Educomunicativo	28
Educon	22
Educomunicativa	13
Educomunicador	7
Educomunicadora	5
Edu-comunicação	5
Educomunicações	3
Educomunicadoras	0
TOTAL	746

Já em relação à ocorrência de palavras-chave por ano, verificou-se que há uma variação significativa no período analisado, tanto em termos globais (na soma de todas as palavras-chave por ano no período inteiro), quanto em termos específicos (na variação da ocorrência de um mesmo termo ano a ano), como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Quantidade de palavras-chave por ano.



Em um panorama geral, verificado pelo tamanho das barras do *gráfico 1*, não foi possível identificar nenhum padrão taxativo em relação à quantidade total de palavras-chave encontradas, visto que houve uma variação ao longo de todo o período⁴. A única similitude perceptível é que em anos finais de gestão da Prefeitura – a dizer, 2008, 2012 e 2016 – há a ocorrência de mais palavras-chave, considerando o período total dos quatro anos de cada gestão.

Já em um panorama específico, observado pelas cores das barras do gráfico, há um padrão interessante de ser analisado com a divisão de palavras-chave no decorrer de um ano, quando analisado o período todo. Verificou-se que, até 2008, havia a predominância do vocábulo *Educom* em detrimento de *Educomunicação*. Porém, a partir de 2009, quando há uma equiparação da quantidade dos dois termos, os demais anos transcorrem com a intensificação de ocorrências do vocábulo *Educomunicação*, ao mesmo tempo em que o vocábulo *Edu-*

4 A quantidade por ano consta a seguir entre parênteses: 2005 (37), 2006 (52), 2007 (65), 2008 (74), 2009 (47), 2010 (44), 2011 (44), 2012 (91), 2013 (47), 2014 (87), 2015 (67) e 2016 (91).

com estabiliza-se em números residuais a partir de 2014. Desses dados, entre 2005 e 2016 percebe-se que ocorreu um desprendimento da alcunha inicial (*Educom*) que, muito relacionada ao próprio projeto *Educom.rádio*, predomina no primeiro terço de tempo analisado; para se conectar cada vez mais com a denominação da área em si (*Educomunicação*), apresentando uma constante de crescimento a partir de 2009.

Finalizando esse ponto, é importante salientar que, em algumas ocorrências, esses diferentes vocábulos apareceram em uma mesma unidade de contexto. Ou seja, ao contabilizar o total em 746 unidades catalogadas, este número não resultou na mesma quantidade de unidades categorizadas. Após realizar uma compilação simples, em que foram suprimidas todas as ocorrências repetidas, observou-se que havia 203 casos de repetições a serem excluídos, o que resultou nas 543 referências à educomunicação categorizadas e analisadas a seguir. No que se refere à análise por categorias criadas na sistematização do conteúdo da amostra, possivelmente a informação mais relevante deste estudo, essa organização é imprescindível para a realização de posteriores análises e associações. Todo este processo de operacionalização do método culminou nas categorias e as respectivas marcas distintivas descritas a seguir:

1. Categoria *Formação* - reúne as ações relativas às atividades de formação continuada voltadas ao funcionalismo público, por isso são encontradas essencialmente na seção “Servidores” do DOC. Além disso, a unidade de contexto registra a presença do tipo de atividade de formação (curso, palestra, oficina, seminário etc.) e outras informações complementares, tais como: título, justificativa, objetivos, metodologia, conteúdo, público alvo, carga horária, programação (data, horário e local), regentes, número de vagas e formas de inscrição.
2. Categoria *Fomento* - reúne especificamente referências a editais, licitações, extratos de contratos e convênios e cadastramento de instituições, que garantem a execução de atividades relacionadas à Educomunicação. Os itens são encontrados prioritariamente nas seções “Editais” e “Licitações” do DOC, com a unidade de contexto registrando a presença de informações como: nome e número do edital, objetivo, tipo de contra-

tação (oficineiro/a, formador/a, palestrante), nome das pessoas física ou jurídica contratadas, valor investido e número da dotação orçamentária.

3. Categoria *Plano de Trabalho e Metas* - reúne os atos relativos à publicação de objetivos e metas anuais das unidades educacionais, que são itens encontrados basicamente na seção “Editais” do DOC, contendo informações sobre: unidade e órgão responsável, gestor(a) ou servidor(a) responsável, nome da ação, tipo da ação (processo ou projeto), objetivos e metas, cronograma e público alvo.
4. Categoria *Legislação* - reúne um rol de dispositivos normativos relativos à Educomunicação. Tais itens são encontrados prioritariamente nas seções “Câmara Municipal” e “Gabinete do Prefeito” do DOC, constando na unidade de contexto a presença do tipo de legislação (Projeto de Lei, Lei, Decreto, Portaria etc.), o número do normativo, a data de proposição/promulgação e o objeto de que se trata a tal legislação.
5. Categoria *Notícias* - reúne matérias jornalísticas que mencionam a Educomunicação nas primeiras páginas de algumas edições do DOC e são itens encontrados antes da seção de “Sumário”, constando a divulgação de alguma ação ou projeto que envolva a área de Educomunicação.
6. Categoria *Tribunal de Contas do Município (TCM)* - reúne basicamente informações relativas a processos administrativos julgados pelo TCM, itens que são encontrados na seção “Tribunal de Contas”, contendo a presença de número do processo, tipo do despacho publicizado (pauta de reunião, ata ou relatório) e assunto do processo.
7. Categoria *Eventos Externos* - reúne algumas publicações de eventos relacionados à Educomunicação, dos quais participariam servidores/as públicos/as. Assim, os itens são encontrados prioritariamente nas seções “Câmara Municipal” e “Servidores” do DOC e indicam o tipo do evento (encontro, congresso, reunião etc.), título, data, horário e local de realização.
8. Categoria *Infraestrutura* - reúne itens encontrados prioritariamente nas seções “Licitações” e “Secretarias” do DOC, constando a presença do tipo

de produto ou serviço, número de processo, nome da pessoa jurídica fornecedora e valor envolvido na transação.

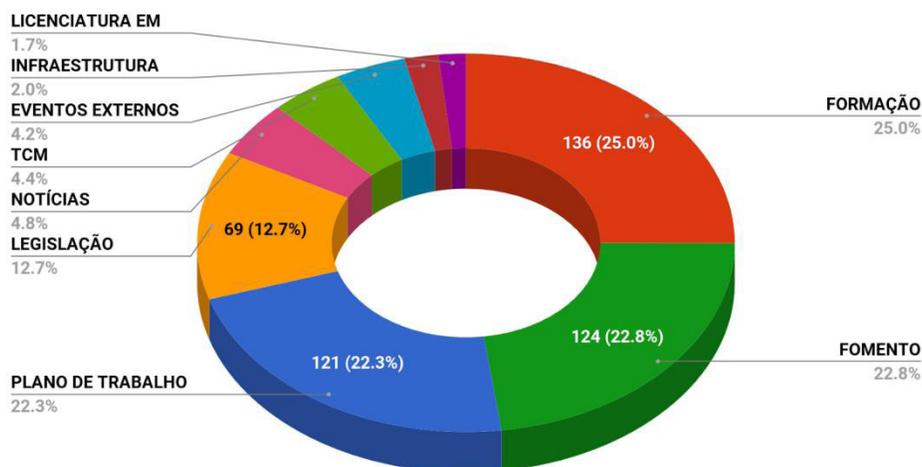
9. Categoria *Licenciatura em Educomunicação* - reúne itens que mencionam a Licenciatura em Educomunicação nas páginas do DOC, encontrados prioritariamente na seção “Servidores” e contendo informações como: nome do/da estudante da Licenciatura em Educomunicação, data contratação ou desligamento do estágio e menção a minicurriculo.

Apresentados os dados referentes à sumarização do DOC, é possível abordar o aspecto numérico da categorização da amostra obtida a partir da utilização das palavras-chave *Educomunicação* e derivadas, que é a quantificação por categorias exposta na tabela e no gráfico abaixo.

Tabela 2 - Categorização da amostra.

CATEGORIA	QUANTIDADE DE REFERÊNCIAS
FORMAÇÃO	136
FOMENTO	124
PLANO DE TRABALHO E METAS	121
LEGISLAÇÃO	69
NOTÍCIAS	26
TCM	24
EVENTOS EXTERNOS	23
INFRAESTRUTURA	11
LICENCIATURA EM EDUCOMUNICAÇÃO	9
TOTAL	543

Gráfico 2 - Distribuição entre categorias.



Num plano geral, verifica-se que, das categorias listadas, as predominantes na amostra são *Formação*, com 136 ocorrências; seguida por *Fomento*, com 124 menções; e *Plano de Trabalho e Metas*, com 121 referências. As três juntas representam pouco mais de setenta por cento do total das categorizações, o que se configura em um primeiro aspecto de relevância nesta análise. Uma possível explicação a esse fato é a previsão destas ações, ainda que de modo genérico, nos marcos normativos do Programa *EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio*, isto é, na Lei Educom (Lei Municipal nº 13.941/2004) e em seu decreto regulamentador (Decreto Municipal nº 46.211/2005). Assim, quando especifica na lei, mais especificamente em seu artigo 2º, as atribuições do poder público em capacitar a comunidade escolar (estudantes, professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, diretores/as e demais profissionais da educação) e em desenvolver, articular e apoiar as práticas de educomunicação, já estão dispostas as diretrizes relativas às atividades registradas nas categorias *Formação* e *Fomento*. No que se refere a *Plano de Trabalho e Metas*, devido ao caráter de operacionalização e de definição do planejamento em ações e metas, as suas previsões estão contidas precipuamente no artigo 4º do decreto regulamentador da Lei Educom de 2005. Ou seja, a legislação em torno da Edu-

comunicação estabelece a necessidade de ações concretas, as quais aparecem nessas categorizações.

Retornando às demais categorias, *Legislação* aparece com certo destaque, possuindo 69 referências, fato este que não surpreende, haja visto o monopólio do Estado na criação de instrumentos legais e normativos para a coletividade (SECCHI, 2012) e a obrigatoriedade de se oficializá-los mediante atos publicizados no Diário Oficial. De resto, imagina-se que as outras cinco categorias – *Notícias*, *TCM*, *Eventos Externos*, *Infraestrutura e Licenciatura em Educomunicação* – estão muito mais vinculadas a temporalidades e a fatos específicos do que propriamente à implementação da educomunicação como política pública. O baixo número de ocorrências que, somadas, representam menos de vinte por cento do total, talvez corrobore essa afirmativa ao passo que, dividindo-se todas pelo número de anos no período analisado, resultaria em cerca de duas menções de cada uma por ano.

Finalmente, a análise por gestões municipais é basicamente um recorte das categorias, tendo como pano de fundo o período referente a cada uma das três diferentes gestões (ou prefeitos) que comandaram a cidade entre 2005 e 2016. A partir desse olhar, pode-se inferir se há de fato certa influência político-partidária na implementação do *Programa EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio*, com as seguintes características peculiares de cada gestão.

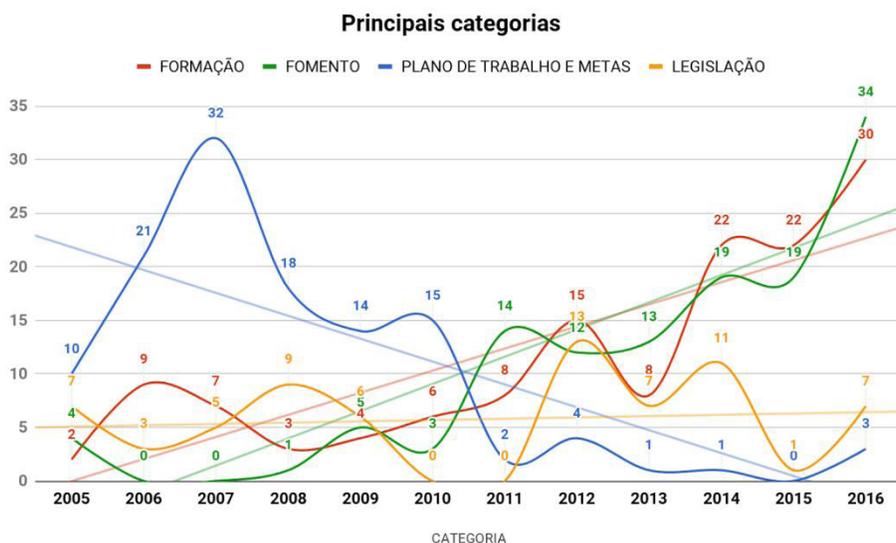
A gestão Serra/Kassab (2005 - 2008) demonstrou um grande enfoque nos fins, isto é, nos resultados da política pública passíveis de mensuração a curto prazo, com a inclusão da Educomunicação (ou *Educom.rádio*, como de fato era colocado) nos plano de trabalho e metas anuais das unidades educacionais. Outro fator de destaque no período é o julgamento, pelo TCM, do contrato de execução do projeto *Educom.rádio*, que fora implementado entre 2001 e 2004. A gestão Kassab (2009 - 2012) correspondeu a um período de equilíbrio, sem sobressair em nenhuma das áreas, porém sendo determinante para conferir um fôlego à educomunicação como política pública, uma vez que foi nesse período que se iniciou a contratação, via edital de credenciamento, de formadores/as para implementação do Programa EDUCOM. No período, resta relevante ainda a exposição de projetos relativos à Educomunicação via notícias publicadas

nas primeiras páginas do DOC – mecanismo este utilizado sem tanta veemência na gestão anterior e que desaparece das ocorrências na gestão seguinte – o que sugere uma espécie de “migmatização” ou autopromoção da gestão mediante a visibilidade de projetos educacionais.

A gestão Haddad (2013 - 2016), por sua vez, apresentou um amplo foco nos meios, ou seja, na construção da educomunicação como política pública com reflexos a médio e longo prazo, perceptível na multiplicação de editais de contratação e de fomento, valorizando inclusive iniciativas já existentes, e na promoção de diversas atividades formativas voltadas principalmente a educadores/as da rede municipal de Educação. Outro aspecto em evidência no período é o protagonismo da entidade Viração Educomunicação na prestação de serviços educativos em parceria e apoio do Poder Público, tendo sido até mesmo declarada de utilidade pública por decreto do Poder Executivo Municipal.

Finalizando essa análise, o *gráfico 3* delinea as ocorrências referentes às quatro principais categorias, distribuídas ao longo dos doze anos analisados.

Gráfico 3 - Variação entre as quatro principais categorias, ano a ano.



O gráfico acima mostra que a disposição das ocorrências sucede de maneira heterogênea ao longo de todo o período analisado, exceto as menções à categoria *Legislação*, que demonstra uma baixa variação entre as suas ocorrências

anuais. Assim, ao mesmo tempo em que a categoria *Plano de Trabalho e Metas* aponta uma tendência de declínio, as categorias *Formação* e *Fomento* indicam uma orientação ascendente no período entre 2005 e 2016. A este respeito, é notório que a queda ou ascensão das categorias tenham a ver com os elementos que a constituem e também com a atenção dada por cada gestão municipal. Porém, ressalta-se que não há evidências de relação causal entre a queda de uma categoria e a elevação das outras, ou seja, que a queda de uma não pressupõe a subida de outra. Ao que tudo indica, isso se configura como um indício de prioridades distintas entre os intervalos de tempo considerados.

Considerações finais

Este *paper*, conforme colocado de início, é resultado do recorte objetivo de um trabalho de pesquisa mais completo e profundo acerca da história da Educomunicação no município de São Paulo. E, assim como o trabalho do qual se originou, não vislumbramos que o assunto tenha se esgotado, muito pelo contrário. Esperamos que, ao recuperar uma passagem da história da Educomunicação no município de São Paulo, este trabalho inspire outras potenciais análises e aponte para possíveis caminhos de atuação profissional de educadoras e educadores, mirando à verdadeira transformação social a qual se propõe o campo, com suas áreas de intervenção (SOARES, 1999; SOARES, 2011).

Isto posto, a primeira observação a ser feita é em relação aos limites desta pesquisa no que diz respeito ao foco do trabalho em si. Reforça-se que o escopo de análise é a legitimação da Educomunicação enquanto política pública, dado que o objeto de pesquisa previamente definido era perceber tal reconhecimento a partir dos atos oficiais publicizados no Diário Oficial da Cidade pelo poder público municipal. Muito embora a legitimação, ao longo dos doze anos observados, esteja diretamente relacionada ao seu impacto na rede municipal de educação de São Paulo, não foi estabelecido nenhum método que pudesse mensurar efetivamente a repercussão e os efeitos dessa política pública.

Entrando mais especificamente no aspecto da metodologia, com relação às palavras-chave utilizadas para delimitação da amostra, evidentemente que seria provável obter resultados de interesse com o uso de outras palavras-chave relacionadas à área de educação, como por exemplo: *educação e comunica-*

ção, mídia educação, leitura crítica da mídia, gestão da comunicação, ecossistema comunicativo, nas ondas do rádio, entre outras. Ainda assim, ressalta-se que o universo amostral pode ser considerado altamente representativo para o propósito da pesquisa, uma vez que foi obtido a partir da utilização de treze palavras-chave, resultando ao todo em 543 referências no Diário Oficial no decorrer dos doze anos analisados – ou três gestões municipais inteiras.

Já no que diz respeito à predileção pelos atos oficiais publicizados no DOC, coloca-se a excessiva padronização e burocratização de tais documentos tanto um limite quanto uma virtude dessa pesquisa. Limite quando se considera a repetição constante de publicações que se referem a objetos similares. Isso, numa perspectiva estritamente quantitativa, poderia culminar em conclusões precipitadas e até mesmo errôneas. Já a virtude consiste na possibilidade de averiguação, adotando-se técnicas mistas de investigação, das ações desenvolvidas pela administração pública em escala longitudinal de tempo, inclusive para análise de uma determinada política pública. O DOC possui esse caráter de anacronismo que é excelente para pesquisas de detecção de tendências e de comparação histórica.

No tocante aos resultados da pesquisa em si, é oportuno revelar que algumas das informações encontradas já eram esperadas por mim antes mesmo de iniciar a sistematização dos dados, até por trabalhar cotidianamente com o Diário Oficial. Contudo, foi surpreendente descortinar, por exemplo, as informações sobre a tendência de priorização de cada uma das gestões municipais no que se refere às políticas públicas que, em todo o período de implementação, esteve suscetível às influências decorrentes das mudanças de gestão governamental. Constata-se esta que está em conformidade com o que teorizam autores/as da área de Políticas Públicas (RUA, 2014; FREY, 2000) ao colocarem a interdependência entre as relações de poder e a concretização das ações governamentais. Não obstante, nada modifica o fato do Programa EDUCOM ter surgido de uma exitosa implementação do *Projeto Educom.rádio* (LAGO & ALVES, 2004; ALVES, 2007; CONSANI & MACCAGNINI, 2015) e, passados quase quinze anos de sua instituição legal, ainda constar em plena atividade, mesmo contando com a alternância de poder a cada intervalo de tempo. Nessa perspectiva, é legítimo inferir que tal política pública tenha tido sua condição elevada, distanciando-se

de ser uma mera agenda governamental para ter o status de uma “agenda de Estado” (RUA, 2014, p. 62).

No que tange às características da implementação do Programa EDUCOM, não há como se aproximar de um único entendimento, posto que houve uma grande heterogeneidade de implementação entre as diferentes gestões, como já dito. Contudo, o que resta notório é o vínculo do Programa EDUCOM com os estudos da Educomunicação realizados no âmbito da Universidade de São Paulo (USP). A começar da protocolização do projeto que dá origem à Lei Educom, quando são referenciados, na justificativa do projeto de lei, o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE-USP) e o próprio prof. dr. Ismar de Oliveira Soares, principal expoente na área de Educomunicação e um dos fundadores do referido campo de estudos. Ademais, Soares integrou a primeira composição do comitê gestor da Lei Educom em 2006, como representante titular das instituições de ensino superior em tal colegiado, e também constou como formador em cursos oferecidos a membros da rede municipal de educação. E, assim como ocorreu no projeto Educom.rádio, o relevante papel do NCE e da USP em geral materializa-se definitivamente nas dezenas de profissionais, pesquisadores/as e pós-graduados/as pela universidade que foram contratados/as por intermédio dos editais de credenciamento da Secretaria Municipal de Educação. É inevitável, também, fazer referência à organização Viração Educomunicação em termos de protagonismo nas ações educacionais desenvolvidas no município de São Paulo entre 2005 e 2016, especialmente a partir de 2012, com a participação em editais públicos de fomento e a realização de atividades em parceria com os diversos órgãos da Prefeitura de São Paulo, principalmente nas áreas de cultura e direitos humanos.

Aferidos os pressupostos de investigação, alguns cenários se abrem no sentido de desenvolver a discussão de temas tangenciados nesta pesquisa. Uma das possíveis ampliações é a abordagem específica do exercício profissional e da construção do campo de trabalho da Educomunicação em São Paulo, uma vez que neste trabalho há a identificação de ações na área ao longo de doze anos. Nessa mesma linha de raciocínio, também é factível um trabalho de reflexão epistemológica sobre a prática educacional, com sua variedade de temas, abordagens e conteúdos desenvolvidos sob a alcunha de Educomu-

nicação. E, finalmente, um dos pontos cruciais a se avançar é na mensuração do efetivo impacto da implementação da Educomunicação enquanto política pública paulistana.

Por último, essa pesquisa não teve a pretensão de afirmar categoricamente que a Educomunicação desenvolveu-se de tal modo no município de São Paulo, haja visto todo o exposto referente aos limites e desafios já expostos. Assim como não se pode desconsiderar todos os indícios que surgem ao explorar empiricamente o principal veículo de divulgação das informações oficiais do poder público municipal, que é o Diário Oficial da Cidade. Com esse entendimento, concluímos essa reflexão abrindo a perspectiva de novas abordagens e caminhos que podem ser revelados a partir da aproximação entre as áreas de Educomunicação e Políticas Públicas.

Referências

ALVES, Patricia Horta. *Educom.rádio* - uma política pública em educomunicação. 2007. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BARDIN. Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Editora Edições 70, 2002.

CONSANI, Marciel Aparecido; MACCAGNINI, Maria Carolina Aguilera. Práticas Educomunicativas e a redução da violência no contexto escolar. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-91, out. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/102301>>. Acesso em: 13 out. 2018.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)*, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAGO, Cláudia; ALVES, Patrícia Horta. Educom.rádio: uma política pública que pensa a mudança na prática pedagógica. *Revista Científica da FAMEC*, São Paulo, v. 3, p. 09-18, 2004.

MESSIAS, Cláudio. *Dois décadas de educomunicação - da crítica ao espetáculo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RUA, Maria das Graças. *Políticas públicas*. 3 ed. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Contato: *Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação*, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 5-75, jan./mar. 1999.

_____. *Educomunicação: o conceito, o profissional e aplicação*. São Paulo: Paulinas, 2011.

YAZAKI, Guilherme. *Meu querido diário... A história da Educomunicação contada a partir do Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. 2018. 151 p. Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela profa. dra. Cláudia Lago (Licenciatura em Educomunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Sobre o autor

Guilherme Yazaki (guilherme.yazaki@usp.br)

Associado da ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação e coordenador da Divisão de Fomento ao Controle Social na Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP). É pós-graduado em Controle Social das Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales (Escola de Contas - TCM-SP), bacharel em Comunicação Social e licenciado em Educomunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Desde 2008, atua em projetos nas áreas de direitos humanos, educomunicação, educação e comunicação. Reside em São Paulo, SP.